

O poder em relação: revisitando o conceito de poder em Michel Foucault, Norbert Elias e Pierre Bourdieu

Simone Braghin¹

¹ Mestranda em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Bolsista CAPES, Brasil. E-mail: simonebraghin@gmail.com

RESUMO: O que é poder? Essa simples pergunta pode ter diversas respostas. Esse termo está em constante evidência social. Observamos discussões fabricadas sobre os poderes políticos, sobre “quem pode mais”, quem tem domínio, força, “direito” sobre algo. Em nível semântico, podemos encontrar mais de trinta definições de poder. *Poder* é um termo polissêmico; e sua utilização requer certo cuidado. Além disso, o poder é uma categoria analítica central nas ciências humanas. Ele não pode ser entendido como um termo fechado e imóvel pois conforme a ciência avança em níveis teóricos e empíricos, ele se movimenta. Desse modo, o objetivo desse trabalho é revisar o conceito de poder nas obras de Michel Foucault, Norbert Elias e Pierre Bourdieu. Para isso, observamos os usos e disposições dessa categoria analítica, em cada autor, comparando o entendimento desse conceito em três eixos de relação de forças e dominação: entre sujeitos, grupos e campos.

Palavras-chave: Poder, Sujeito, Michel Foucault, Norbert Elias, Pierre Bourdieu.

The power in relation: Revisiting the concept of power in Michel Foucault, Norbert Elias and Pierre Bourdieu

ABSTRACT: What is Power? This simple question can have multiple meanings. This term is in constant evidence. We watch fabricated discussions about the political powers, about “who can”, who has the dominion, mighty, “rightful power” over something. In a semantic level, we find more than thirty meanings of power. *Power* is a polysemic term and its use requires some care. Besides that, power is a central analytical category for human sciences. It can't be understood as a closed and immobile term, because it moves itself as far as science advances in theoretical and empirical levels. Thereby, this paper aims to revisit the power as an analytical category in the works of Michel Foucault, Norbert Elias e Pierre Bourdieu. We look the uses and arrangements in each author, comparing the meanings and understandings of this concept likes an relationship of forces and dominance, respectively, between individuals, groups, and fields.

Keywords: Power, Subject, Michel Foucault, Norbert Elias, Pierre Bourdieu.

INTRODUÇÃO

É possível que um dos termos mais operacionalizados nas ciências humanas seja poder. Entendendo-o como categoria chave para interpretar a realidade social, esse termo é usualmente definido como capacidade de ação e de produção de efeitos so-

bre si, sobre os outros e no ambiente¹. Contudo, ele não se limita a essas definições. Ao contrário, é polissêmico. No âmbito das ciências humanas, seu entendimento depende da perspectiva ontológica de seu operacionalizador e a epistemologia de análise empregada. Considerando essa polissemia, o objetivo desse trabalho é revisitar o conceito de poder nas obras de Michel Foucault, Norbert Elias e Pierre Bourdieu.

São inúmeras contribuições de Foucault, Elias e Bourdieu para a seara do conhecimento filosófico e sociológico contemporâneo. Cada um deles, a seu modo, contribuiu metodologicamente para os estudos sobre sujeitos e relações de poder, em perspectivas micro ou macrosociológicas. Foucault parte do estudo do sujeito e, a partir dele, constrói todo um arcabouço teórico e empírico capaz de explicar lógicas de dominação entre pessoas. Elias, partindo dos processos históricos e observação das interrelações entre pessoas e grupos, observa a construção de *ethos* sociais, de modo a explicar genericamente a sociedade dos indivíduos. Bourdieu observa relações mais macros de dominação, por meio de grupos estruturados em lógicas de socialização e controle de coesão. Não obstante, ele não ignora o papel do sujeito, porém, o vê inserido nessa lógica que o antecede.

Neste trabalho, observaremos os usos e disposições do poder, enquanto categoria analítica na obra desses três autores, comparando o entendimento desse conceito nos eixos de relação de forças e dominação: entre sujeitos, grupos e campos, conforme cada autor o operacionaliza. Revisitando algumas obras desses autores, podemos organizar um compêndio de outros conceitos que corroboram à compreensão do poder. Após discutir o poder nas obras de Foucault, Elias e Bourdieu, respectivamente, concluímos com uma breve análise onde relacionamos os conceitos de poder, sujeito, etc. nesses autores, mostrando proximidades analíticas e conceituais, assim como possíveis distanciamentos.

MICHEL FOUCAULT: O PODER COMO RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO SUBJETIVA

Os trabalhos de Foucault se centralizam no sujeito. Contudo, ele estuda o poder para se distanciar dos modos legalísticos e institucionais de estudo do poder, porque esses modelos não permitem estudar a objetivação do sujeito. O modelo legalista olha para o poder de forma abstrata. Ele existe enquanto fenômeno político. É legitimado por um corpus – de valores, crenças, etc. – e não observa os atores e momentos que modificam as estruturas e discursos. O modelo institucional olha para o Estado do mesmo modo: como ente fabricado e legitimado por esse poder plástico e abstrato. Com isso, Foucault auxilia-nos na compreensão das definições de poder sem o descolamento do sujeito, isto é, ele observa o poder no sujeito.

Foucault parte então de uma arqueologia do saber, ou seja, de “como” as coisas estão estruturadas, para defender a necessidade de se compreender (genealogia) o ordenamento dessas coisas. Ele afirma que doenças do poder estão presentes nas

¹ Cf. Dicionário Michaelis e Bobbio *et. al.* (1998).

sociedades antes mesmo dos fenômenos históricos vivenciados no nazi-fascismo. Elas se expandem e utilizam mecanismos presentes nas sociedades para se difundirem. Então, ele defende a necessária geração de uma nova economia das relações de poder, sugerindo uma nova – e mais empírica – forma de economia dessas relações: observando as formas de resistência contra o poder pelo antagonismo das estratégias antiautoritárias.

Contudo, o objetivo dessas lutas não é atacar instituições de poder. Ao contrário, é atacar uma técnica e forma de poder que marca e categoriza o indivíduo, impõe-lhe uma verdade sobre si e sobre os outros. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Em síntese, a análise genealógica do poder de Foucault é atrelada à noção de sujeição e subjetividade.

O sujeito é pensado então como um objeto construído historicamente a partir de elementos exteriores ao indivíduo. Esses elementos lhe são determinados e o constituem, enquanto sujeitos objetivados: sujeitados a uma ordem onde sua subjetividade, como forma de criação de sua experiência de si e relacionamento de si para si, é posta em um plano de submissão.

Dois conceitos são centrais na obra desse autor para entendermos essa dominação e sujeição das subjetividades. São eles: a biopolítica, isto é, a maneira histórica na qual o poder tende a se transformar, e o biopoder, como noção de que o poder não existe senão nas práticas de poder. Portanto, o poder está em constante transformação. Ele depende da biopolítica da população, mas, age nos corpos, gerenciando a vida desses sujeitos, por meio de saberes, práticas e instituições de, por exemplo, gestão da saúde, natalidade, práticas sociais, jurídicas, etc.

Esses mecanismos estão relacionados com mecanismos específicos de exploração e dominação intelectual, como discursos de verdade, e física, como o poder sobre os corpos através da disciplina. Segundo o autor, as relações de poder foram progressivamente elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma de instituições do Estado.

Um dos papéis do poder é manter a produção econômica, porque o poder político encontra nela sua razão histórica, enquanto modelo formal de economia e de produção capitalista, que justifica sua dominação. Sendo assim, o sujeito é uma produção de certos tipos de saber e poder. O indivíduo é fabricado pelo poder, sendo então um efeito das práticas e relações de poder.

[Não há] uma força que seria dada por inteiro a alguém e que este alguém exerceria isolada e totalmente sobre os outros; é uma máquina que circunscreve todo mundo, tanto aqueles que exercem o poder quanto aqueles sobre os quais o poder se exerce. [...] Já não se pode confiar em ninguém se o poder é organizado como uma máquina funcionando de acordo com engrenagens complexas, em que é o lugar de cada um que é determinante, não sua natureza. [...] *trata-se de um aparelho de desconfiança total e circulante*, pois não existe ponto absoluto. (Foucault, 2013, p. 332 – 334. Grifo nosso).

A guerra, enquanto dispositivo estratégico para a manutenção ou conquista de poder, é central na obra de Foucault, porque ela nos permite pensar o poder como uma relação de forças econômicas, sociais, religiosas, entre outras. A lógica da estratégia (de guerra) nos permite pensar e analisar as relações entre os dispositivos de verdade e os jogos de verdade, e as relações de poder e dominação política.

Não há um exercício de poder sem uma “estratégia” econômica dos discursos de verdade que funcionam a partir e através do poder, exigindo e inquirindo a “verdade” dos sujeitos. Essa verdade então se torna institucionalizada em discursos profissionais e científicos. Ao passo em que somos submetidos a ela, na figura de uma norma, ela está submetida à história e aos jogos de verdade, isto é, aos regimes de verdade em constantes mudanças, devido ao movimento circular do poder em que se insere.

A verdade não existe fora do poder ou sem poder [...] [Ela] é deste mundo; ela é produzida nele e graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. [...] Em nossa sociedade, [ela] tem cinco características historicamente importantes: [...] é centrada na forma de discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política [...]; é objeto [...] de uma imensa difusão e de um imenso consumo [...]; é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos [...]; enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas “ideológicas”). (Foucault, 2013, p. 51 - 52).

A verdade enquanto norma, dispositivo de controle da vida dos sujeitos, visa disciplinar os corpos em discursos de verdade científica, impedindo que grupos não legitimados para falar sejam vistos como portadores de saber e de outras formas de verdade. Contudo, Foucault afirma que essas normas disciplinares esbarram contra o sistema jurídico da soberania, tornando, as vezes, incompatível o binômio “saber científico - regra jurídica”, colocando em risco à dominação política.

Esta distinção entre dominação e sistema jurídico da soberania se faz importante para a análise do poder. No descompasso entre as normas e as estratégias, empregadas pelos sujeitos, de resistência e transgressão a essas normas, os mecanismos de poder se voltam à lógica e discursos de soberania e, com isso, para uma lógica repressiva, como tática disciplinar. Desse modo, a análise do poder não deve ser pautada pela ótica da soberania, porque ela se torna um mecanismo empregado para o controle e disciplina dos corpos.

Ao contrário, o método de análise do poder deve ser orientado para o aspecto da dominação, ou seja, para o âmbito do poder institucionalizado e abstrato, para os aparelhos do Estado, para as ideologias do Estado. A dominação se insere no âmbito de como os operadores materiais a exercem e nas formas como sujeitam os indivíduos. O poder produz o saber, e, o saber “regula” as formas de dominação.

Portanto, essa lógica de luta contra esses aparelhos e ideologias de Estado focada

então na lógica da soberania jurídica e jusnaturalista se torna um erro, pois, para ele, a soberania, as disciplinas, as legislações, o direito de soberania e mecanismos disciplinares são peças constitutivas de nossa sociedade. Portanto, lutar contra a disciplina é um pouco do mesmo. Para se libertar de uma amarra é necessário então retirar todas as demais antecessoras a ela. Tal qual, a soberania.

Vê-se então na obra desse autor a possibilidade de luta e resistência dos sujeitos. Essa luta deve ser entendida como forma de poder não institucionalizado. É um processo de subjetivação de si; e, é nesse processo que ocorre uma luta antiautoritária de objetivação do sujeito, onde o sujeito significa e ressignifica as relações de poder.

Ao passo que a análise foucaultiana de poder se solidifica na análise do sujeito, é importante ressaltar que as instituições correspondem à grupos de sujeitos, isto é, o poder, deve ser visto em disputa entre grupos e dentro desses grupos – entre os sujeitos do grupo –, e não como uma disputa de sujeitos contra instituições racionalizadas e solidificadas no tempo e espaço. Enquanto entidade circulante, o poder delimita as condições e diferenciações entre esses sujeitos, e está posto sempre em relação ao outro sujeito e de modo capilarizado e contínuo.

NORBERT ELIAS: O PODER COMO RELAÇÃO DE DOMINAÇÃO E ESTIGMATIZAÇÃO COLETIVA

Tanto na obra de Elias quanto de Foucault, observamos a ideia de redes. Em ambos, a análise do poder é vista de modo particularizado, devendo observá-lo partindo de um contexto e sem descolocar as especificidades de cada objeto de análise (locais, pessoas, grupos observados, contexto histórico e social, etc.).

Enquanto Foucault observa o poder como produtor de subjetividades, Elias o observa como produtor de processos de individualização e formação de identidades coletivizadas atreladas a uma psicogênese (controle individual das pulsões particularizadas) e uma sociogênese (controle social – interdependência). Ele nos propõe então uma sociologia que demonstre a universalidade das formas e relações de poder entre grupos sociais.

Uma das marcas na obra de Elias é como ele observa o fenômeno social, buscando compreender a sociedade de modo interdependente aos indivíduos nela inseridos. Constante interação marcada pela lógica do processo civilizatório, onde indivíduos compartilham de valores, crenças, saberes, desejos, etc., produzindo também diferenciações hierárquias entre aqueles inseridos nas “castas” superiores – formuladores e mantenedores desses valores –, ante os “menos civilizados” que tentam incorporar esses valores, visando alguma forma de ascensão social.

Desse modo, a sociedade é vista como um conjunto de ideias – e não a soma delas –, produzidas em um determinado contexto histórico e social, também passíveis de transformações, conforme os contextos e individualidades são ressignificados pela interação entre os indivíduos em diversos espaços e grupos (figuração) como igrejas,

praças, festas, etc., ou seja, nos processos de coletivização dessas individualidades.

Em consequência, a sociedade não é uma estrutura fechada, racionalizada (e pactuada) antes do ingresso de seus membros. Ao contrário, ao passo que ela não é soma, ela também não se divide e se auto-organiza da forma que seus membros (indivíduos) desejam. Se fosse assim, conflitos de nossa atualidade – e de outras épocas – não ocorreriam, pois a sociedade, enquanto conjunto de indivíduos, exerceria metas pré-estabelecidas talvez por alguma divindade ou ente anterior a ela.

Elias procurou observar processos particulares que possuem alcance geral na sociedade. A partir de seu estudo sobre os estabelecidos e os outsiders de Winston Parva (2000) ele evidencia como grupos monopolizam oportunidades e formas de socialização, de modo a marginalizar e estigmatizar outros grupos – tidos como “inferiores”. Nessa obra, ele destaca como as relações de poder são mobilizadas por aquele grupo, de antigos residentes, de modo a inferiorizar os moradores recém-chegados naquele entorno.

Entre os problemas centrais [da comunidade] figura aquele referente às distinções do valor atribuído, nessas redes comunitárias de famílias, a cada uma das famílias. Invariavelmente, algumas famílias ou grupos delas em uma mesma comunidade, tão logo são ligadas umas às outras pelos fios invisíveis da vizinhança, passam a se ver e a ser vistas pelos outros como “melhores” ou, alternativamente, “menos dignas” ou seja qual for a denominação que se use. [...] [Essa] “classificação das famílias” [...] desempenha um papel central em todos os setores da vida comunitária. Influenciava o rol de membros das associações religiosas e políticas. Desempenha um papel no agrupamento das pessoas em bares e clubes. Afeta a reunião dos adolescentes e penetrava nas escolas. (Elias, 2000 [Livro Digital]).

Desse modo, e, em consonância à obra de Bourdieu, o poder é visto, na obra de Elias, como uma relação que visa à manutenção de identidades e superioridade de uns em detrimento de outros. É uma barreira afetiva, onde se estabelece uma identidade e carisma pelo grupo de pertença (estabelecidos) e estigmatiza o outro.

Esse processo de estigmatização do outro pressupõe colocá-lo em uma condição de inferioridade moral, ética, de costumes, econômica, militar, etc. e tem como objetivo justificar a separação desses grupos. Assim, essa separação parte de uma ideia construída e compartilhada entre os indivíduos do grupo estabelecido. Essa fobia do outro é expressa em verbos e atitudes e, por ser seu poder estabelecido e partilhado, ele é implantado no outro como algo dado – como se fosse assim desde a gênese humana. Nas palavras do autor:

A própria existência de *outsiders* interdependentes, que não compartilham do reservatório de lembranças comuns nem tampouco, ao que parece, das mesmas normas de respeitabilidade do grupo estabelecido age como um fator de irritação; é percebida pelos membros desse grupo como um ataque

a sua imagem e seu ideal do nós. A rejeição e a estigmatização dos *outsiders* constituem seu contracheque. O grupo estabelecido sente-se compelido a repelir aquilo que vivencia como uma ameaça a sua superioridade de poder (em termos de sua coesão e seu monopólio dos cargos oficiais e das atividades de lazer) e a sua superioridade humana, a seu carisma coletivo, através de um contra-ataque, de uma rejeição e humilhação contínuas do outro grupo. (Elias, 2000 [Livro Digital]).

Evidente que, assim como a sociedade dos indivíduos, essas relações de poder e processos de distinção e estigmatização do outro não são racionalizadas anteriormente. Ao contrário, elas partem de um sentimento de grupo: de um vínculo emocional forte e duradouro, que tem como mote a opinião que esse grupo estabelecido tem sobre si mesmo.

Desse modo, os indivíduos também estão em disputas; estão em constantes processos de relação de poder dentro de seus grupos – estabelecidos ou não. Isso quer dizer que os indivíduos devem seguir e respeitar as normas de coesão interna, como condição de permanência nesses grupos. Portanto, o poder é relacional e depende do contexto em que se insere.

Ele está na relação entre nós e os outros (estabelecidos e *outsiders*) e nas interrelações de grupos. Ele necessita de uma estrutura para se estabelecer, porém, permite certo agenciamento sobre aquilo que os indivíduos têm como ideais de si e dos grupos que fazem parte. Desse modo, a figuração é introjetada como uma estrutura de relações de poder entre indivíduos e grupos. Esse poder, uma vez introjetado na psicogênese do indivíduo, controla suas ações nos meios em que se insere, e o posiciona (sociogênese) como regulador do meio e garantidor da ordem social estabelecida, tanto na condição de dominante quanto de dominado.

PIERRE BOURDIEU: O PODER COMO CAPITAIS SIMBÓLICOS DE DOMINAÇÃO

Com exceção do peso e papel da história, o conceito de *habitus* de Bourdieu se assemela ao conceito de figuração de Elias. Para o sociólogo francês, no entanto, *habitus* é uma disposição incorporada nos agentes. É um senso prático de como se comportar e o que fazer em cada situação específica em que o sujeito se vê inserido. Em miúdos, são signos impressos nos corpos, por conhecimentos práticos e experiências sobre formas de agir e reagir em determinadas situações, a partir da percepção prática sobre o meio e contexto da ação e inserção do agente.

Há então uma intersecção entre *habitus* e os campos que ocorre pela dominação. Segundo Bourdieu, a dominação possui uma dimensão simbólica, onde ela é entendida então como efeito indireto de ações complexas dos dominantes que, dentro de uma lógica de campo, sofre a dominação desse campo e de todos os demais agentes – tornando-se, por sua vez, dominados.

Essa lógica da teoria bourdieusiana se assemelha a questão de coesão interna dos

grupos, descrita por Elias, onde o não respeito pelas regras internas do grupo gera um estranhamento, um descompasso entre a imagem de si e de nós. Na ótica de estrutura de campos, de Bourdieu, o campo então exerce uma pressão sobre o agente, uma relação de poder simbólico de força, onde os agentes se situam e se posicionam hierarquicamente dentro de cada campo.

Esses campos são vistos então como estruturas dotadas de habitus que definem as lógicas internas compartilhadas entre os agentes que disputam poder: objetos e interesses específicos de cada grupo, portanto, objetos e interesses invisíveis àqueles que não estão inseridos no campo. Cada campo social (político, religioso, econômico, profissional, etc.) delimita seus habitus e, a partir dessas “regras do jogo”, posiciona os jogadores para o início da partida.

Contudo, a dominação não é forçada aos dominados. Ela, enquanto expressão dos jogos de poder, não causa um fenômeno de “conformismo” da situação de dominado. Ao contrário, ao incorporarem os habitus, os dominados passam a jogar os jogos de poder no mesmo nível de disputa daqueles que o dominaram inicialmente.

Percebe-se, assim, que a posição dos agentes, para Bourdieu, não é imóvel. A constante disputa e processo de construção de poder simbólico envolve uma luta de violência simbólica, onde, similar à Elias, os códigos de classificação de si e do outro são mutuamente compartilhados entre dominantes e dominados.

Essa partilha é mecanicamente coercitiva e se insere no habitus das classes de modo a enquadrar o outro em categorias e esquemas práticos classificatórios, estruturados na lógica de dominação, onde os opostos são tidos como pares complementares de dominação e dominados, tal como homem/mulher, branco/negro, hétero/homo, cis/trans, entre outros.

E essas categorias são incorporadas como estruturas estruturantes, de modo que sujeitos dominantes se veem inseridos nas categorias de poder e, os dominados são impelidos à situação oposta, de inferioridade. Como o processo é simbólico e coercitivo, ele necessita que ambos – dominantes e dominados – aceitem as categorias impostas, mesmo que de forma inconsciente e as expressem em práticas cotidianas.

Em seu trabalho sobre o camponês e seu corpo (2006), Bourdieu busca demonstrar como as posições econômicas e sociais influenciam no aumento da taxa de celibato em uma sociedade camponesa, em que os homens primogênitos incorporam essa posição social.

A observação realizada pelo autor é feita em contraposição ao mundo urbano, que desvaloriza o homem rural, devido sua cultura não urbana – e tida como arcaica –, e, em relação as mulheres camponesas, pois elas possuem maior facilidade, que esses homens, em absorver valores da cultura urbana. Ao passo que ele se relaciona com o urbano, percebe-se e se identifica enquanto sujeito, a partir da imagem formada de si por categorias impostas pelos grupos dominantes (urbanos).

O autor procurava observar se havia alguma relação entre a origem geográfica, matrimônio e celibato. Foi observado se questões econômicas, sociais e psicológicas,

que caracterizam cada local e indivíduos que deles eram originários, influenciavam nas taxas de matrimônios e celibato de mulheres e homens.

Observou-se que os casamentos, antes alcovitados pelas famílias, tornaram-se um processo iniciado pelos atores interessados em se casar. Assim, com o fim dos intermediadores de casamentos e a separação entre a sociedade feminina e a masculina, o “ritual” de procura por parceiros passou acontecer nos bailes da cidade. Ao observar o baile de Natal, o autor chama a atenção para a disposição entre homens, da cidade e do rural, e mulheres.

As mulheres, sendo elas das aldeias ou da cidade, vestem-se e se portam de forma parecida, não havendo clara distinção entre elas. Em contrapartida, é notório ao autor que os homens da cidade se movimentavam no salão visando serem notados; ao contrário, os homens camponeses, se posicionavam nas beiradas, formando uma “massa sombria” – não dançavam, não interagiam.

O pesquisador percebe então que esses homens rurais estão conscientes de sua condição de inferioridade (em relação ao grupo dominante) e que, por isso, sabem que não casarão. Portanto, não escondem o deslocamento e a dificuldade em operacionalizar os códigos e dispositivos culturais esperados em uma socialização festiva e casamenteira, como no caso desse baile. Mesmo quando convidados para dançar, eles dançam portando uma fisionomia carregada de traços envelhecedores; com pés pesados e, o mais interessante, procurando seu grupo de referência – os demais homens camponeses.

O cortejo ocorre por meio da dança, e aqueles que dançam detêm maior oportunidade de concretizar um matrimônio. Os homens rurais dançam pouco, preferindo observar e conversar entre si, de modo a não socializar com os homens urbanos e mulheres. Outro elemento que inibe esse grupo de dançar é a forma como o baile é estruturado. A música desses bailes difere em suavidade com aquela praticada no campo. Ela é mais leve; requer pulos e movimentações suaves e ligeiras. Para esses homens, estabelecer-se nesses bailes de modo a dançar essa dança não tem sentido, pois não sabem como o fazê-lo de modo eficaz – como os homens da cidade.

Desse modo, e, ao final do baile, os homens rurais expressam insatisfação em participar desses bailes, porque não se sentem a vontade naquele espaço. Detêm conhecimento de que não pertence àquela lógica de socialização e resistem em participar novamente. Essa resistência se expressa no modo como interagem entre si e para os outros. Em grupo, cantam e bebem entoando canções de resistência ao “baile do vizinho”. Segundo o autor, esse processo de resistência é, em grande medida, resultado do esquecimento ou da perda da cultura rural.

Os costumes dos grupos dominados sofrem uma ação constante coercitiva de hierarquização e esquecimento. Ao não compartilharem do habitus do grupo urbano, e, ao serem colocados em situação de constante reprovação e exclusão, esses homens se sentem obrigados a dançar o “twist” mesmo em situação de desconforto. Por sua vez, esse desconforto expressa o modo como o camponês se vê em posição de emba-

raço, pois desempenha uma ação estranha ao seu corpo e natureza. Essa socialização exige-o uma mudança de seu *habitus* corporal, isto é, seu comportamento mais espontâneo e livre.

No caso daqueles camponeses mais abertos às estruturas e dispositivos de vida urbana, a violência simbólica também é voraz. O traje, a forma de andar, beber, falar, barbear, categoriza-os enquanto sujeitos em desvantagem na disputa por seus interesses. É essa violência que, ao ser incorporada pelo agente, transforma-lhe sua consciência – de modo que ele passa a entender a negatividade do que significa “ser do rural”. Assim, ele passa a incorporar esses signos e marcadores de inferioridade que lhe são atribuídos e se torna introvertido, quieto, entre outros atributos que é esperado de um camponês.

No caso das mulheres, a facilidade para adotar os modelos culturais do urbano ocorre, em grande medida, pelo imaginário de que a cidade possibilitará uma emancipação feminina. O casamento significa então uma forma de mudança de vida das mulheres e, para isso, elas vão aos bailes em busca de um “bom partido”. Desse modo, as mulheres camponesas escolhem pretendentes oriundos da cidade. Para que a escolha seja mútua, elas incorporam o *habitus* dessa estrutura social (campo) e, assim, passam a ser uma “opção viável” àqueles homens.

Essa facilidade das mulheres camponesas de incorporar os dispositivos de percepção, reação e ação – o *habitus* urbano – se relaciona com a capacidade dessas mulheres em observar os detalhes do dia a dia; em procurar “conhecer” previamente esses dispositivos, por meio de informações sobre moda, folhetins e revistas femininas, etc.

Esses veículos dominantes de comunicação, por sua vez, tem um violento papel de poder simbólico, pois imprime e define à essas mulheres como “procurar” e “encontrar” aquele homem (idealizado) como o melhor – o mais urbano. Como resultado, elas compartilham do poder simbólico do campo, socializando conforme urbanos e contribuindo com a manutenção dessa estrutura, uma vez que também expressam uma violência simbólica contra os homens camponeses que não incorporaram o *habitus* urbano.

O poder então está nas relações de poder entre os homens e mulheres camponeses e com uma estrutura urbana que coloca a estrutura rural em situação de dominada, a ponto de dificultar a manutenção desta, uma vez que sem o casamento e procriação não há a perpetuação do patrimônio rural. Um grande diferencial entre as mulheres e homens camponeses é que elas não se percebem mais como parte desse entorno a partir do momento em que casam com um homem da cidade.

Ao homem camponês, ao contrário, isso não é possível, pois, por mais modernizado que seja – a sua produção, a sua socialização na aldeia, etc. – ele ainda será visto como camponês e, por assim sê-lo, não estará inserido nos jogos de poder de modo igualitário aos homens urbanos.

Esse cenário é visualizado em toda obra de Bourdieu, sob a lógica dos poderes simbólicos estruturados na estrutura (*habitus*), como os capitais de educação forma-

lizada, de cultura, lazer, econômicos, etc. Conforme lembra o autor, as pessoas estão postas nos campos em disputas por interesses comuns e, por isso, encontram-se dispostos à aderir – o quanto possível – os habitus desses campos.

Portanto, gera-se um antagonismo: do mesmo modo que o habitus do campo exerce uma violência simbólica nos atores, ela é aceita e partilhada pelos agentes, de modo que, por meio de suas faculdades cognitivas, corroborem para a sua manutenção. Abrem-se concessões e se permite, ou melhor, aceita, o campo, suas regras e mecanismos de disputa do poder como são. Naturaliza-as, de modo a contribuir para a solidificação desses habitus. E, veem-se em posição de extrema desvantagem, onde dominados além de “pagarem a entrada do jogo”, “levam a bola”.

CONCLUSÕES: O PODER COMO FORMA DE DOMINAÇÃO

Ao passo que avançamos discutindo a operacionalização do conceito de poder nas obras desses três autores, observamos que, apesar de enfoques diferenciados, todos seguem observando o poder como uma forma de dominação e inserção dos sujeitos nessa lógica dominante.

Para Foucault, o poder não existe; existem relações de poder; e, essas relações são formas de dominação de uns por outros. Formas de mobilização de discursos de verdade, de aparelhos e dispositivos institucionalizados, de normas, visando o controle dos corpos e consciências. Além disso, ele é relacional e circular. Está em constantes mudanças e, por isso, deve ser sempre contextualizado em matéria de tempo, espaço e contexto social em que se apresenta manifesto.

De modo similar à Foucault, Elias também vê o poder como processos de relação, conectado à formas de controle dos corpos inseridos em contextos específicos. Contudo, na análise desse autor, soma-se a isso, a noção de processos históricos; enquanto à Foucault, o processo é genealógico. De qualquer modo, para ambos, não há sujeito anterior à socialização. O sujeito é produto fabricado na sociedade em que se insere, e, por isso, está em constante relação com outros sujeitos, a grupos e suas normas.

Entretanto, esses autores diferem na forma como veem o corpo. Foucault o observa como produto da subjetivação dos sujeitos e espaço de resistência a essas construções. Já Elias, entende o controle e o corpo inseridos em uma lógica de psicogênese e sociogênese de interrelação e interdependência das identidades à grupos de referência – e de oposição – identitária, em perspectiva ao processo de inserção contextual desses grupos.

Já o sujeito em Bourdieu se insere nas estruturas de poder simbólico, nomeadas de “campo de lutas simbólicas”; e, essas estruturas lhe possibilitam formas de poder de ação e decisão sobre sua ação. Ele é um sujeito mais autônomo e consciente de sua situação – tanto de dominação quanto de dominado – nessas estruturas. Ele é agente atuante e consciente de si e de sua condição estruturada; é dotado de sensibi-

lidade prática para cada situação em que se insere.

Assim, o poder não é uma ferramenta autônoma; ao contrário, é uma relação de dispositivos estruturais e cognitivos mobilizados por cada grupo; o agente se apropria desses dispositivos, incorporando-os em suas ações e cognições, de modo a preservar seu posicionamento nos jogos de poder em que se colocam em disputa.

Elias contribui com essa visão, ao olhar para o que é gerado, em matérias de estigmas e violências, pelos jogos de poder entre grupos; ao olhar para os processos de identificação e estigmatização sob a ótica da figuração; ou seja, como mecanismos que introjetam, no sujeito, formas específicas de controle de desejos, práticas, opiniões, estigmas, etc.

Além disso, essa visão bourdieusina se assemelha aos dispositivos de controle do biopoder, na obra de Foucault, mas, difere deles a medida que observa as relações de dominação a partir de grupos estruturados e modulados em dispositivos de controle cognitivos compartilhados e reproduzidos de forma consciente e naturalizada (entre uns) e inconsciente (entre outros).

Nessa ótica, o poder simbólico se insere e se reproduz de modo objetivo e estruturado. Em Foucault isso não é possível, uma vez que as “estruturas” de poder, isto é, os mecanismos de poder, são circulares (não são estruturas) e estão em constante disputa e reordenamento em relação às subjetividades (que são construídas, como produto das relações de poder e dominação), aos discursos de verdade e às estratégias de resistência.

Bourdieu observa esses “discursos de verdade” como partes constitutivas do habitus de cada campo de disputa simbólica por poder. Contudo, os discursos não explicam a si mesmos e nem explicam as ações que os cerceiam. Ao contrário, são dispositivos estruturantes das estruturas de poder e delimitam as normas e ações permitidas na regra de cada jogo em que os agentes então se inserem.

Com esses apontamentos, percebemos várias facetas da noção de poder. Ele se mostra como um conceito e categoria analítica central, para a compreensão da organização social, tanto numa perspectiva de observação mais micro – em Foucault e Elias –, como em uma dimensão mais macro-sociológica – em Bourdieu.

Apesar das nuances observadas na operacionalização desse conceito por cada um desses três autores, fica evidente que a dimensão do poder representa à todos uma forma de relação entre sujeitos e os mecanismos de dominação, quer seja por meio do controle de corpos, por meio das relações entre indivíduos e grupos ou por símbolos compartilhados por estruturas.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Vol. 2, Brasília: Editora UnB, 1998.

BOURDIEU, P. **Meditações pascalinas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

- _____. **O desencantamento do mundo**: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979.
- _____. O camponês e seu corpo. **Revista de Sociologia e Política**, n. 26, p. 83-92. junho – 2006.
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- _____. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papius, 1996.
- ELIAS, N. **Sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1994[a].
- _____. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1994[b].
- _____. **Os estabelecidos e outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. [Livro Digital]. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2000.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo, Loyola, 2010.
- _____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo, Martins Fontes, 2002.
- _____. **Ditos e escritos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- _____. **Microfísica do poder**. São Paulo: Ed. Graal, 2013.
- _____. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

Artigo recebido em 28 de março de 2016.

Aprovado em 26 de julho de 2017.